

tem todo um conjunto que tange essa juventude, não só as juventudes, a questão do gênero, a questão da raça. Você falou da universidade. Os alunos se formam sem conhecer nenhum teórico da cultura negra, e há muitos. Então, por que eu estou falando aqui do Espanhol? Porque o Espanhol, como disciplina na escola, sempre participou de uma, vamos dizer assim, construção de currículo que tem como objetivo a cidadania. Então, são aulas, sobretudo, de leitura de mundo. A América, como um todo, lida com esses problemas, como a questão do negro, a questão dos indígenas, ou seja, isso tudo é algo que atrapalha muito dentro da escola. E há todo um movimento maior pautado em cima da valorização da violência, via mídia, da desvalorização da escola pública, dos seus profissionais, porque em nada que acontece nenhum profissional da área é chamado a falar. A reforma do ensino médio está aí provando isso tudo. Na verdade, é um grande conjunto de mudanças que foram instituídas após o pós-golpe que só favorece o mercado. A gente não tem mais disciplinas nas escolas; a gente tem componentes curriculares, certo? Então, sai o Espanhol, que consta na Constituição do Estado como uma língua obrigatória a ser ensinada. Isso é desrespeitado. Em compensação, o que entram são: componentes curriculares - Espanhol dois tempos; Francês dois tempos - como empreendedorismo, com dinheiro público que passa para fundações, para Sebrae, para uma série de instituições que poderia esse dinheiro ser investido utilizando os próprios funcionários, aqueles que são os especialistas que trabalham na área da educação. Aí, eu falo desde aquele que está na portaria, recebendo os alunos, até mesmo os professores, a todos que ali têm um trabalho conjunto. Na universidade a gente está com a questão do "Future-se" ou "Future-se" e em todos esses movimentos a gente vê que tem algo muito maior por trás vinculado a Banco Mundial, vinculado à Organização Mundial do Comércio, ou seja, estamos atendendo a necessidades do comércio, e não da escola, e não da educação. Então, a quando a Peerj procura se manifestar, eu acho que a importância é essa: a gente precisa de espaço nas escolas para poder discutir todas essas questões, porque é na escola que se começa, e a gente tem profissionais para isso. Então, se nós formos dar uma olhada em todas as legislações que tem aí, a gente vai ver as licenças para terceirização participando nas escolas, o que implica retirar os professores, porque não há mais concurso público, então, retiram-se os professores, contratam-se pessoas que não precisam sequer ter formação para isso à preços bem baratos para exatamente manter o currículo que eles querem para toda a população. Então, essa distância vai ser sempre muito maior.

Eu estou aqui falando pela Peerj, mas eu repito, está havendo um movimento em torno da questão das línguas estrangeiras, mas deveria também se incluir aqui a história. A própria história na base nacional comum curricular foi um problema muito sério, porque ela foi mudada, ela estava ali a partir de todas as culturas, ou seja, da América para a Europa. Isso foi um problema político muito sério, e mudou-se o currículo. Então, o que eu queria falar um pouco era isso, era essa importância de que a gente comece a pensar também essa juventude, o que está sendo proposto e garantindo a ela dentro de um plano muito maior que está sendo traçado. Um plano que assim que o golpe foi realizado, a gente teve uma sequência de leis que estão impedindo a realização do PNE, que estão impedindo aqui todo uma - vamos dizer assim - toda uma valorização do que é a escola pública em detrimento das escolas privadas.

O Estado fechou prédios, eu ouvi no rádio o sr secretário dizendo, se não tiver onde colocar nas escolas, que ele fechou muitas, a gente coloca na iniciativa privada. Então, isso assim é muito claro, que esse é grande problema. A gente fica dando voltas, vamos dizer assim, em problemas em separado, mas isso é um problema conjunto, de todos nós, onde está o espanhol, onde está a questão da saúde também, da educação, da nossa saúde, porque a gente está ficando muito doente com essas situações.

Então, só para resumir um pouco, na verdade é isso. Acho que o trabalho de vocês aqui é de muita importância. Agradeço esse espaço até para conhecer esses colegas, porque eu acho que a gente tem que procurar algo que nos uma muito mais em termos de luta de uma escola pública. Eu estou há 42 anos trabalhando no âmbito público, já passei por todos os níveis, eu vejo agora as dissertações e as teses dos meus alunos - gente, é uma coisa muito séria, é muito dinheiro público jogado fora, que fariam um imenso trabalho se ficasse na mão dos educadores, de pessoas que sabem lidar com a educação.

Então, assim é mais um desabafo, não é? Mas, eu torno a dizer está na Constituição brasileira - perdão, que eu estou com a boca seca. E a Faetec, que é a fundação do ensino médio que há muitos anos instituiu o espanhol na sua grade está retirando, está sendo obrigada a retirar o espanhol, independente da vontade dos alunos e dos professores, o que é um contrassenso, porque se há professores e há alunos. Por que que se acaba com isso? Sem dizer de toda a rede, os professores de espanhol estão tendo que trabalhar em 6, 7, 8 escolas para poder cumprir a carga horária de 12 tempos, recebendo... só tem um teto para pagar passagem, o restante vai do bolso deles. Então assim, a classe educadora está pagando para trabalhar em todos os sentidos, simplesmente porque está engajada com a questão da escola, porque, na verdade, o mais importante que a gente tem aqui é a escola, é o espaço mais democrático, ou deveria ser para todos. Mas, é muito difícil a gente lutar contra toda essa questão econômica, que está aí transnacional por cima de todos nós com a mídia na mão fazendo as propagandas, denegrindo a escola pública, denegrindo o trabalho de pessoas sérias.

Então, eu acho que isso precisa ser dito, isso precisa ser investigado, porque deve ter muito mais coisa por trás disso tudo. Não é possível que de repente esse estado se transforme, a gente seja obrigada a atender a um currículo que não foi feito de forma democrática, porque as pessoas que fazem o currículo foram substituídas. Foram colocadas pessoas ali para fechar a Base Nacional Comum. E, se vocês verificarem no Currículo Lattes dessas pessoas, todas elas vêm dessas grandes empresas educacionais privadas que detêm na mão todo um dinheiro. Seríssimo. Porque se mais ou menos 79% estão na escola pública, os 21% estavam na privada. Quando a gente vai para o âmbito universitário, é o contrário, a situação se inverte. Então, o que esse grupo econômico que está aí com as suas escolas na Bolsa de Valores para quem quiser comprar - vamos dizer assim - cotas, o que eles querem? Eles querem exatamente a escola pública, gente. O que isso significa de dinheiro, com o Programa Nacional do Livro Didático, que também foi alterado assim que houve a mudança. Foram retiradas as Universidades da avaliação dos livros didáticos. Logo em seguida, sai um documento do Ministro anterior dizendo que os livros podiam conter erros. Ou seja, o que as pessoas querem? Querem desovar os seus materiais didáticos, já que 80% pertencem à mão do Estado. É ela que banca os livros didáticos. Então, os interesses estão muito além. Matar pessoas negras que vivem em comunidade, isso gera pânico, isso gera. Pode ver que não acontece muita coisa na Zona Sul. E isso autoriza as pessoas a tomarem uma série de atitudes em função dessa coisa. "Ah, pode botar um militar na escola." Gente, o que é isso? Tem escola militar aí, tem escola militar, tem escola religiosa. As pessoas têm opção de fazer o que quiserem. Por que a escola pública? É isso que a gente tem que pensar. Por que a gente está sendo submetido a essas coisas, a esse tipo de situação, por que a gente está ficando doente e por que a gente não consegue espaços para poder dizer essas coisas? Porque são coisas muito importantes. Lá na UFF a gente tem uma linha de pesquisa, na qual eu atuo. Ela se chama Práticas de Linguagem, Formação e Trabalho Docente, onde há todo um desenvolvimento que envolve pesquisas sobre o Estado, sobre o Município do Rio de Janeiro. Ou seja, uma série de denúncias que acabam ficando restritas ao âmbito acadêmico. Então, essa interlocução universidade-escola é fundamental.

Então, o que eu queria aqui só solicitar é que fossem pensadas essas questões. Porque sair a Filosofia, sair a História, o Espanhol, o Francês, não entrar o Alemão... Ou seja, eles mudaram a LDB, o que é muito sério. Isso vem de uma Constituição. Quem olhar hoje a LDB, ela está riscada de cima a baixo. É uma vergonha. Para poder fazer o que bem querem e entendem. Mas o Estado tem autonomia. A relação aqui entre os âmbitos é de uma certa autonomia. Então, o Estado pode, sim, manter todos esses componentes curri-

culares, não disciplinas mais, mas que são - vamos dizer assim - questões muito bem pensadas e muito bem articuladas, que têm por detrás uma série de fundações, que envolvem bancos, que envolvem - vamos dizer assim - os grandes poderes econômicos, inclusive aqui de um brasileiro. Então, era isso que eu queria falar. Desculpa o desabafo. Falei um pouco assim solto, mas só para colocar que isso tudo está muito bem vinculado, muito bem pensado. A gente aqui não consegue se articular na contramão disso tudo.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Dani Monteiro) - A gente fala sobre Educação, Orçamento, Militarização num cenário onde o Poder Público - e aqui, no âmbito do Estado, falando da Alerj - vai no contrassenso a isso. A título de informe, há na Casa hoje, em tramitação, pelo menos vinte projetos de leis que autorizam o Poder Executivo a construir escolas militares. Então, o Luiz aqui inicialmente falou, de Volta Redonda, dos Bombeiros, que é do bairro do Açude. Falou de uma outra na Baixada Fluminense também. De mais umas duas, mas na verdade a gente lida aqui com um contingente que é muito maior. E a nossa dúvida hoje, o que a gente questiona o Secretário de Educação é que a gente vem de um cenário onde o orçamento da Educação está sendo cada vez mais golpeado, mais agredido. Começa com uma PEC de teto de gastos, você tem anos e anos de construção da carreira do professor, a partir de uma linha de meritocracia. Eu acho que a Mari traz um pouco no acúmulo, quando fala do debate do Saerj, mas a gente também tem que falar sobre como funciona também a valorização do currículo do professor, que não vai no vencimento-base, que não vai no salário dele, mas vai em avaliações do mérito. Então, você vai utilizando recursos como Fundeb para você pagar um valor adicional e não um valor que está dentro do salário, do vencimento-base do professor, eu acho que a gente já vem de um cenário de um desmonte onde o orçamento da educação, que deveria ser um orçamento rico, faz parte de um cenário onde nós, trabalhadores do estado, pagamos muitos impostos. Então, há de se pensar que dentro de um orçamento que arrecada tanto a partir do nosso trabalho, a educação fosse uma pasta que fosse plena, mas a gente vê cada vez mais aqui e acolá um ataque ao orçamento.

E para nós, se avizinha mais esse, porque não nos colocamos nunca contra a construção de novas escolas, mas fica a reflexão de um estado que nos últimos anos fechou mais de 200 escolas, deixou de ofertar mais de 90 mil vagas, até que chegou no início desse ano de 2019 com uma crise de vagas, que foi colocado em 20 mil vagas fora de sala de aula. Mas a perspectiva é que a evasão é muito maior do que essa de jovens, também que parte dessa juventude Enem que desiste de procurar a escola, que vê a escola como uma construção distante, nesse cenário desse estado, quando a gente fala de construção de escolas, parece que começamos a tocar a pauta na positiva. Mas as escolas militares não são da rede, não são da Seeduc; elas são parcerias com a própria pasta da segurança pública. E aí, para nós, o que temos questionado cada vez mais é que no cenário onde estão cortando currículo, onde diminuem as línguas de modo geral, diminuem a sociologia, a história; enfim, diminuem as matérias que estimulam o pensamento crítico e até o criativo, porque entra também artes, música, dança e outras matérias mais dessa diversidade do pensamento criativo nesse corte, nesse cenário, de onde sai o orçamento para construir escolas militares? Qual vai ser a contribuição do orçamento da Seeduc para essa construção? Eu acho que é um pouco do que temos questionado aqui na Casa e um pouco do que a gente também queria dar de contribuição para os diversos movimentos e entes aqui presentes para refletir. Para onde caminha o orçamento também aqui do Estado do Rio de Janeiro, no que tange a educação? Porque a construção de vinte escolas militares certamente vai representar uma fatia grande do orçamento.

A SRA. DEL CARMEM DAHER - Você me permite? Junto com a reforma do ensino médio, consta na mesma lei exatamente uma modificação do dinheiro do Fundeb. Foi alterada também essa lei. Então, quando a gente vê, por exemplo, projetos nacionais para a criação de apoio ao ensino médio, ali entram quinientas escolas. Mas quantas escolas de ensino médio a gente tem nesse país? Então, o que está sendo feito com esse dinheiro do Fundeb? Eu acho que tem muita coisa aqui que a gente precisa começar a conhecer.

A SRA. PRESIDENTE (Dani Monteiro) - Exatamente, Del Carmen. Então, eu acho que é um pouco da reflexão que a gente queria trazer aqui. O panorama da pauta da educação na Alerj, acho que para fechar um pouco, é um cenário - já esteve presente na fala de todos aqui - muito duro, mas aqui, do espaço do poder público, da tomada de decisão, nós, que somos um mandato comprometido com a pauta da educação, estamos bastante preocupados com os próximos passos. A gente vai votar no final do ano a lei orçamentária - o LOA e o PPL -, e essa votação para nós vai ser fundamental, no sentido de qual vai ser a disputa ali dentro do orçamento da educação e o que a gente pode, de alguma forma, num estado em crise reaver desse orçamento.

Então, aqui no panorama não há debate no que tange o orçamento da educação na Casa hoje. Há por parte da construção aqui dos projetos, das agendas partidárias da Casa um desmonte e até um ataque. A gente lida aqui com uma realidade onde é pensado o exame toxicológico para as universidades, é pensado a inclusão de deslocar um contingente da polícia para fazer patrulhamento dentro das universidades e não no entorno. Ainda que não haja demanda anterior, os índices reportados dentro das universidades são ínfimos, muito menor do que o entorno em si. Mas a ideia de colocar Polícia na universidade vem da ideia do controle também, do cerceamento, na melhor palavra de alguns deputados aqui da Casa, porque a universidade pública se tornou uma cracolândia, um ponto de vendas de drogas, um ponto de prostituição, um ponto de vadiagem; a universidade é o espaço da balbúrdia. São as frases que a gente lida aqui cotidianamente.

Eu acho que para o azar desse debate, nós existimos aqui também, porque para falar para mim, na minha cara, sobre o fracasso da política de cotas, vai ter que procurar muito no melhor português da década 90, vai ter que rebolar muito para achar, porque aqui não só no meu corpo, mas na minha história, na minha trajetória está marcado o sucesso da política de cotas, a existência dessa política, o balanço muito positivo dela. Então, estou fazendo esse enfrentamento na Casa, de corpo e alma, e não só eu. Poderia citar aqui o próprio Deputado Renan, que esteve aqui; o Deputado Waldeck; o Deputado Flávio, diversos deputados aqui comprometidos com a pauta da educação. Inclusive, construímos uma frente de educação democrática aqui na Casa para a gente começar a acumular mais sobre o enfrentamento que a gente vai precisar travar.

O que eu estou tentando trazer para vocês nessa fala de encerramento é um panorama, como vocês já estão bem cientes que é muito duro. Mas aqui na Casa não está diferente e a gente faz o apelo de continuarmos isso aqui, ou seja, desse espaço da escuta temática não ser um fim em si mesmo. Acho que a gente tem um objetivo aqui muito claro da construção do relatório e de incorporar o que seriam os desafios da educação no Estado do Rio de Janeiro. A luta, a partir de tudo que todos nós trouxemos aqui, não pode se encerrar nesse espaço. Então, a gente precisa, sim, construir frentes democráticas de defesa da educação democrática, frentes de luta e de resistência para os tempos que virão, porque eu acho que hoje a pauta da educação entra no cenário. A gente, eventualmente, até brinca com isso e fala que hoje em dia a pauta da educação está muito presente na ordem do dia da Alerj, mas não como gostaríamos, não como é necessário para sobrevivência dos nossos.

Então, a gente precisa, sim, disputar a narrativa da educação que está sendo construída, eu acho que dentro da Alerj, nas escolas públicas, nas universidades, mas, principalmente, nas ruas, porque a gente precisa conversar com a população, a gente precisa construir resistência que aponte para uma população que procure, sim, formas de saída da crise. Que nós apontemos essa saída de que a educação, o investimento na juventude, o investimento na educação básica, investimento na diversidade do currículo é o caminho para a construção de uma sociedade democrática que pretenda reduzir desigualdades sociais.

Então, convindo todos a continuarem se somando nessa luta e já coloco aqui à disposição a nossa Comissão da Juventude, bem como o nosso mandato na construção dessas lutas, porque o caminho

vai ser longo, gente. A luta é dura, mas é o nosso necessário bom combate pela sobrevivência dos nossos e em defesa do nosso futuro.

Então, a todos e todas que participaram aqui dessa escuta temática de educação, agradeço - aos que já foram e aos que ainda estão aqui. Foi fundamental para construção aqui do nosso espaço.

Professora Carmen, por favor.

A SRA. CARMEM - Eu estou pedindo até para deixar bem claro essa questão das cotas na Uerj. Nós tivemos ingresso por vestibulares de 2003 a 2018, 24.822 ingressantes cotistas, 57.731 ingressantes da ampla concorrência. E nós tivemos concluintes, 10.274. E, na ampla concorrência, nós tivemos concluintes 20.665. Então, os dados da universidade demonstram que foi um sucesso, sim. Nós temos mais concluintes nas cotas do que na ampla concorrência, muito embora todas as dificuldades. Eu acho importante que isso fique.

A SRA. PRESIDENTE (Dani Monteiro) - Com certeza. Eu vou pedir para passar para a nossa assessoria esses dados. Vai ser fundamental para a construção do nosso relatório ter isso condensado, ainda mais pelo ente da própria universidade, ou seja, informações a pesquisa que venha da própria universidade sobre o balanço da lei de cotas, porque isso segue em disputa aqui na Casa.

Então, gente, nada mais havendo a tratar, gostaria de agradecer a presença de todos e todas, e dar por encerrada a Oitava Reunião Ordinária da Comissão Especial da Juventude.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CPI DESTINADA A INVESTIGAR E APURAR OS CASOS DOS INÚMEROS INCÊNDIOS QUE TÊM OCORRIDO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. (RESOLUÇÃO Nº 198/2019)

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de novembro de dois mil e dezoito, às 13 horas e trinta minutos, na sala número trezentos e onze do Palácio Tiradentes, reuniu-se a Comissão em epígrafe, instituída pelo Requerimento nº 198/2019, sob a Presidência do Senhor Deputado Alexandre Knoploch, com a presença dos Senhores (as) Deputados (as) Rodrigo Amorim, Jorge Felipe Neto e Bruno Dauaire membros efetivos. Havendo número regimental, o Senhor Presidente abriu os trabalhos agradecendo a presença de todos e informou que gostaria de deliberar oitivas dos Diretores do Hospital Badim, da Whiskeria Quatro por Quatro, do Ninho do Urubu, do Museu Nacional, e deliberar também vitórias externas sendo os locais definidos sigilosamente. Em continuidade, o Senhor Presidente passou a palavra para o Deputado Rodrigo Amorim, que votou favorável e sugeriu o pedido do relatório final da CPI dos Bombeiros promovida pela Deputada Martha Rocha. Continuando, o Senhor Presidente passou a palavra para o Deputado Jorge Felipe Neto, que votou favorável e pediu um relatório dos bombeiros, no sentido de quantos imóveis existem no estado e quantos estão licenciados, quantos são de interesse público, exemplo Shoppings e centros comerciais. Pediu também, para que o primeiro a ser escutado nesta CPI seja o Hospital Badim. Em prosseguimento, o Senhor Presidente passou a palavra para o Deputado Bruno Dauaire que agradeceu e dissertou sobre o tema. Segundo, o Senhor Presidente passou a palavra para o Deputado Rodrigo Amorim que informou sobre a dotação orçamentária do Corpo de Bombeiros, que é o FUNESBOM e pediu para que seja deliberado uma Audiência somente com o Corpo dos Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro. Prosseguindo, o Senhor Presidente passou a palavra para o Deputado Bruno Dauaire, que informou sobre o espaçamento das bases do Corpo de Bombeiros e solicitou para que o CBMERJ informe as localidades do corpo de bombeiros e o estudo que motivou a instalação daquelas bases. Em seguida, o Senhor Presidente informou que as vitórias serão nos dias de terça, quarta e quinta-feira, sendo aprovados por unanimidade. Colocou em votação também a ordem das oitivas, sendo aprovado por unanimidade que a primeira oitiva seja do Hospital Badim, convidando o CBMERJ, Famílias das Vítimas e Instituto Médico Legal. Em segundo, a Whiskeria Quatro por Quatro e em terceiro o Corpo de Bombeiros. Aprovou também por unanimidade, para que as vitórias sejam em locais sigilosos que serão deliberadas através de mensagens, pelo aplicativo Whatsapp, entre os membros desta Comissão. Aprovou por unanimidade, que as oitivas sejam realizadas nas sextas-feiras, escolhendo os dias seis, treze e vinte de dezembro de dois mil e dezoito para sua realização. Colocou em votação, o pedido ao Corpo de Bombeiros o pedido do relatório detalhado dos equipamentos e os estudos que basearam a escolha das localidades das bases do CBMERJ, sendo aprovado por unanimidade. Em continuidade, não havendo quem mais desejasse fazer uso da palavra, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a presente Reunião, da qual, para constar, eu, André Luiz Coutinho Merlo, matrícula 201.762-2, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que, após lida, vai assinada por mim e pelo Senhor Presidente. Sala das Comissões, 27 de novembro de 2019. (a) André Luiz Coutinho Merlo - Secretário; (b) Deputado Alexandre Knoploch - Presidente.

Id: 2241379

Atos da Mesa Diretora

ATO "E"/MD/Nº 574/2020

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso V do artigo 18 do Regimento Interno, tendo em vista as informações contidas no Processo Nº 246/2020,

R E S O L V E :

APOSENTAR, voluntariamente, o servidor **ARLINDENOR PEDRO DE SOUZA**, Especialista Legislativo, nível V, índice 2.500, matrícula nº 201.495-9, nos termos do art. 6º, da Emenda à Constituição da República nº 41/03 e do Parecer da douta Procuradoria-Geral. Ficam seus proventos mensais assim constituídos: **a)** 100% (cem por cento) do vencimento-base da categoria funcional de Especialista Legislativo, Nível V, Índice 2500, nos termos da Resolução nº 590/94, com o valor fixado pela Lei 6837/2014 e processo nº 15248/2018 ---- R\$ 11.369,69 (onze mil e trezentos e sessenta e nove reais e sessenta e nove centavos); **b)** Gratificação Adicional por Tempo de Serviço de 60% (sessenta por cento), assegurada pela Lei nº 1258/87 (Lei de Triênios), c/c a Lei 1522/89 e Lei 1608/90, incidente sobre o Vencimento-Base ---- R\$ 6.821,81 (seis mil e oitocentos e vinte e um reais e oitenta e um centavos); **TOTAL** ---- R\$ 18.191,50 (Dezoito mil e cento e noventa e um reais e cinquenta centavos)

Rio de Janeiro, 05 de março de 2020.

DEPUTADOS ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE; JAIR BITTENCOURT, 1º VICE-PRESIDENTE; RENATO COZZOLINO, 2º VICE-PRESIDENTE; FILIPE SOARES, 4º VICE-PRESIDENTE; MARCOS MULLER, 1º SECRETÁRIO; SAMUEL MALAFAIA, 2º SECRETÁRIO; MARINA ROCHA, 3º SECRETÁRIO; CHICO MACHADO, 4º SECRETÁRIO; FRANCIANE MOTTA, 1º VOGAL; DR. DEODALTO, 2º VOGAL; VALDECY DA SAÚDE, 3º VOGAL; BRAZÃO, 4º VOGAL.

ATO "E"/MD/Nº 575/2020

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso V do artigo 18 do Regimento Interno, tendo em vista as informações contidas no Processo Nº 495/2020,

R E S O L V E :

APOSENTAR, voluntariamente, a servidora **THEREZA VALÉRIA BECHER MATERA**, Especialista Legislativo, nível V, índice 2.500, matrícula nº 201.583-2, nos termos do art. 6º, da Emenda à Constituição da República nº 41/03 e do Parecer da douta Procuradoria-Geral. Ficam seus proventos mensais assim constituídos: **a)** 100% (cem por cento) do vencimento-base da categoria funcional de Especialista Legislativo, Nível V, Índice 2500, nos termos da Resolução nº 590/94, com o valor fixado pela Lei 6837/2014 e processo nº 15248/2018 ---- R\$ 11.369,69 (onze mil e trezentos e sessenta e nove reais e sessenta e nove centavos); **b)** Gratificação Adicional por Tempo de Serviço de 50% (cinquenta por cento), assegurada pela Lei nº 1258/87 (Lei de Triênios), c/c a Lei 1522/89 e Lei 1608/90, incidente sobre o Vencimento-Base ---- R\$ 5.684,84 (Cinco mil e seiscentos e oitenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos); **c)** Gratificação Adicional de Qualificação, nos termos da Lei Estadual nº